

CARTA DE FORTALEZA

Nos dias 24, 25 e 26 de junho de 2026, realizamos, em Fortaleza (CE), o Encontro Nacional de Cultura e Arte das Instituições Públicas do Ensino Superior, na Reitoria da Universidade Federal do Ceará. O encontro dá continuidade ao I Encontro de Cultura e Arte das Universidades Brasileiras, realizado em 2023, em Salvador, Bahia, na Universidade Federal da Bahia, e amplia sua abrangência para o conjunto das Instituições Públicas de Ensino Superior, aqui batizadas pelo acrônimo “IPÊS”, simbolizando, tal como as belas e coloridas árvores, a cultura como semente e cultivo, floração espetacular, densidade, resistência e diversidade.

O encontro reuniu representações de universidades federais, institutos federais e universidades estaduais e municipais do país. Nele, reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento e a democracia cultural, em especial das culturas brasileiras, e com a construção de um país justo, soberano e democrático, promovendo, defendendo e garantindo direitos para um Brasil humanamente diverso, socioeconomicamente igualitário e completamente livre.

As Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras têm sido protagonistas de um movimento nacional de fortalecimento das políticas culturais e das instâncias de gestão cultural nas universidades públicas, reconhecendo o seu importante papel na construção de uma agenda transversal de políticas públicas. Integram e têm fortalecido movimentos como o Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (Forcult), a Rede de Culturas e Artes das Universidades Latino-americanas e a Rede de Dirigentes de Culturas e Artes das IPES (em formação). Assim, desde a retomada democrática em 2023, as IPES vêm consolidando parcerias com o Governo Federal, sobretudo com o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC), contribuindo ativamente para a formulação de políticas públicas para o setor.



De forma articulada, as IPES refletem sobre como as políticas culturais institucionais podem ser respostas aos desafios que afetam o Brasil e a América Latina a partir das transformações aceleradas de nossas sociedades contemporâneas. Na era da convergência digital e da economia cultural-cognitiva e atencional, o campo cultural ocupa lugar estratégico nos projetos de sociedade em disputa. Nossas instituições públicas de ensino superior vêm paulatinamente reconhecendo o papel reservado a elas nesse contexto e vêm estruturando uma nova governança para a área da cultura que reflete sua necessária centralidade e transversalidade nos projetos acadêmicos.

A consolidação desse novo panorama exige a valorização da territorialidade, da memória e das culturas populares, respeitando o papel histórico de interiorização desempenhado pelas IPES. Sob os princípios da democracia e da acessibilidade cultural transversal, fortalecida por trilhas formativas e pela interseccionalidade de raça, gênero e classe, as políticas culturais da educação superior devem reconhecer e salvaguardar o patrimônio, as artes e as populações dos territórios com os quais as instituições dialogam.

O processo em curso ancora-se nos princípios da cultura como direito constitucional e no reconhecimento das IPES como instituições de ensino, pesquisa, extensão e cultura, que operam com uma nova compreensão do lugar da cultura na universidade e do lugar da universidade no campo cultural. As mudanças configuram-se através do fortalecimento da institucionalidade dos setores culturais das IPES, que se inserem na estrutura organizacional como Diretorias, Secretarias, Coordenadorias e Pró-Reitorias de Cultura ou Pró-Reitorias de Extensão e Cultura (podemos dizer que isso se dá na quase totalidade das universidades federais) e instituem políticas e planos plurianuais institucionais de cultura.



As instituições reunidas nesta plenária reconhecem os recentes avanços nas políticas culturais brasileiras e valorizam a presença e a interlocução direta do MEC e do MinC com as Instituições Públicas de Ensino Superior. Em consonância com as diretrizes da Mondiacult 2025, reafirmamos a cultura como um bem público global e condição indispensável para o pleno exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, cujo poder transformador deve ser mobilizado para o enfrentamento dos desafios contemporâneos e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Reconhecemos que as IPES têm um papel fundamental a cumprir nesse cenário, afirmando a cidadania cultural, a democratização da cultura e a democracia cultural. E que, por isso, é importante que um projeto para o setor cultural nas IPES faça parte da agenda das políticas acadêmicas em nossas instituições e das políticas públicas em geral.

Destacamos a inclusão da Cultura como um dos eixos estratégicos da Política Nacional de Ensino Superior (PNEDS) como um grande avanço sinalizado pelo MEC, resultado de uma escuta formal do Forcult, assim como o reconhecimento da cultura como uma dimensão transversal aos demais eixos da política, com necessidade de previsão de financiamento dedicado e a formalização da articulação do MEC com o MinC e o Sistema Nacional de Cultura. Dessa forma, a PNEDS institui a cultura como dimensão estruturante da educação superior, com financiamento e governança.

Outra iniciativa que destacamos é o apoio articulado do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura para a criação do Observatório de Políticas e Gestão de Cultura nas IPES, iniciativa conjunta do Forcult e do Forproex (Fórum de Pró-reitores de Extensão), que visa a produzir indicadores contínuos e comparáveis para orientar, monitorar e aprimorar a política de cultura nas IPES, que passará assim a contar com política nacional e infraestrutura permanente de dados.



Em articulação com a PNEDS, propomos a criação de uma Política Nacional de Cultura para as IPES. A Política, além de tratar das especificidades do campo na IPES, segundo orientações do Ministério da Educação, seria uma importante interface entre o MEC e as políticas de cultura do MinC, principalmente aquelas que propõem a inter-relação do sistema nacional de cultura e das políticas e planos nacionais de cultura com o sistema nacional de educação e o conjunto das IPES.

Certamente, contemplaria as múltiplas interfaces entre o MEC e o MinC já mapeadas e expressas em documentos como o Acordo de Cooperação Técnica vigente, assinado no final de 2024, entre os dois ministérios, e o conjunto de políticas, planos e programas, consolidados ou recentemente criados, em que o papel das IPES é apontado diretamente ou pressuposto, como o novo PNE, o novo PNC, a Política Nacional de Cultura Viva, a Política Nacional das Artes, a Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares, a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana, a Política Nacional Aldir Blanc, o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, Programa Nacional dos Comitês de Cultura, o Plano Nacional Setorial do Patrimônio Cultural, o Plano Nacional Setorial de Museus, o Plano Nacional do Livro e Leitura, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a Rede Nacional de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares.

Essas políticas, planos e programas são parte da construção das políticas estruturantes que representam uma das principais marcas das ações do MEC e do MinC e indicam a consolidação de uma Política de Estado, assim como uma concepção de política pública fortemente ancorada nos territórios. É necessário, portanto, estabelecer uma Política Nacional de Cultura para as IPES que integre o conjunto expressivo de normativas e orientações que definem as políticas públicas voltadas às prioridades do país. Essa Política deve harmonizar a atuação das Pró-Reitorias de Cultura, das Pró-Reitorias de Extensão e Cultura, bem como dos demais agentes e gestores culturais das IPES, com as diretrizes do MEC, do MinC



e de outros ministérios afins às áreas de Cultura, Artes, Patrimônio e Saberes Tradicionais, temas fundamentais na agenda global. Sua elaboração contará com a participação ativa de dirigentes de Cultura das IPES, do Forcult e do Forproex, visando a estruturar o setor, definir seu papel nas políticas públicas e consolidar a cultura como um direito e um bem público global.

Considerando que o Forcult já está consolidado como fórum representativo da área, garantindo a participação ampliada de múltiplos agentes culturais que atuam no campo das políticas e da gestão da cultura nas IPES, a plenária reconhece que ainda persiste uma lacuna de articulação na representação institucional de dirigentes da educação superior responsáveis pela gestão da cultura nos espaços nacionais e internacionais. Nesse sentido, destaca a necessidade de constituir uma instância nacional de representação dos(as) responsáveis pela gestão institucional da cultura nas IPES, destinada a fortalecer a interlocução entre dirigentes, ampliar a capacidade de incidência institucional da área e assegurar representatividade horizontal perante os fóruns e demais espaços que congregam dirigentes de outras áreas da educação superior. Essa instância exercerá papel de representação institucional dos setores responsáveis pela gestão da cultura nas IPES, preservando o Forcult como fórum amplo, plural e participativo de reflexão, formulação, articulação e fortalecimento das políticas culturais universitárias.

Fortaleza, 26 de junho de 2026.

ANEXO: Neste [link](#), é possível visualizar as relatorias dos grupos de trabalhos realizados no Encontro Nacional de Cultura e Arte das Instituições Públicas de Ensino Superior.

